

# **RELATÓRIO DE GESTÃO**

**EXERCÍCIO 2007**

**Maceió, dezembro de 2007**

**SUMÁRIO**

1	IDENTIFICAÇÃO.....	3
2	RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS .....	3
3	ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO .....	8
3.1	REDUÇÃO DA INADIMPLÊNCIA DOS CONSUMIDORES	8
3.2	REDUÇÃO DE PERDAS ELÉTRICAS (TÉCNICAS E NÃO-TÉCNICAS)	18
3.3	MELHORIA DOS ÍNDICES DE QUALIDADE .....	19
4	GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES .....	21
4.1	PROGRAMAS	21
5	DESEMPENHO OPERACIONAL .....	27
6	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA .....	32

## 1. IDENTIFICAÇÃO

Nome completo da unidade e sigla	Companhia Energética de Alagoas - CEAL	
Natureza Jurídica	Sociedade de Economia Mista	
Vinculação ministerial	Ministério de Minas e Energia	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União.	<p>- Lei nº 2.137 de 8 de abril de 1959 – Autoriza o Poder Estadual a organizar uma sociedade de economia mista, por ações, destinadas a realizar o aproveitamento, exploração e distribuição de energia elétrica no Estado de Alagoas.</p> <p>- Decreto Presidencial nº 50.793 de 15 de junho de 1961 – Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Companhia de Eletricidade de Alagoas.</p> <p>- Em 17 de agosto de 1960 foi lavrada a Escritura Pública de constituição da Sociedade Anônima de Economia Mista – COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE ALAGOAS – CEAL . CARTÓRIO HEITOR MARTINS – Tabelião do 4º Ofício Maceió, AL. Livro nº 71 – Fls. 111v a 120v.</p>	
CNPJ	12.272.084/0001-00	
Nome no código no SIAFI		
Código da UJ titular do relatório		
Códigos das UJ abrangidas		
Endereço completo da sede	Av. Fernandes Lima, nº 3349 – Gruta de Lourdes, Maceió – AL. – CEP: 57.057-000.	
Endereço da página institucional na internet	www.ceal.com.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento		
Função de governo predominante		
Tipo de atividade		
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código

## 2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

### Cenários de políticas públicas em que a ceal atua:

A Companhia Energética de Alagoas – CEAL, fundada em 1960, é a única concessionária para a exploração de serviços de distribuição e de comercialização de energia elétrica em todo o Estado de Alagoas.

A Empresa atua em todos os 102 municípios do Estado, atingindo em 2007 a marca de 771.364 consumidores ligados, distribuídos numa área de concessão de 27.933 km<sup>2</sup> e com 3.015.912 de habitantes (IBGE/2005).

Desde a sua fundação a CEAL pertenceu ao Governo do Estado, sendo federalizada a partir de 1997, quando seu controle acionário passou a ser exercido pela União, através da Eletrobrás e do BNDES.

### Responsabilidades institucionais:

A CEAL é atualmente a maior empresa do Estado de Alagoas, é a maior arrecadadora de ICMS com R\$142.122 milhões recolhidos em 2007, geradora de empregos e fomentadora de desenvolvimento. Tem como principais clientes: a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; a Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado de Alagoas – ARSAL; a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, seu acionista controlador com 74,84% do seu capital votante; o Ministério de Minas e Energia – MME; e a Controladoria Geral da União - CGU etc.

### **Programas e ações de governo que cabe a ceal executar**

A CEAL, notadamente, é comprometida com os programas sociais do Governo Federal, tais como: Programa Luz Para Todos, Programa de Universalização dos Serviços Públicos de Energia Elétrica, Energia Cidadã e outros programas socioambientais que visam à inserção do cidadão no contexto social e a preocupação com a preservação do meio ambiente, quais sejam:

- **RESPONSABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL**

A Companhia Energética de Alagoas – CEAL tem demonstrado ao longo dos anos, sua preocupação em consolidar o conceito de responsabilidade sócio ambiental à cultura da empresa, para contribuir na melhoria da condição humana através de iniciativas, práticas, valores e comportamentos responsáveis, em articulação com os empregados, consumidores, comunidades, fornecedores do setor elétrico e Governo.

Essa preocupação foi evidenciada, quando da elaboração do Planejamento Estratégico, realizado no ano de 2007, para o período 2008-2015, com o reconhecimento da responsabilidade sócio ambiental como um valor a nortear a conduta da empresa, como um padrão de crença e compromisso organizacional.

- **PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**

Para compartilhar de forma transparente os atos administrativos da Companhia com a sociedade foi criação o “Portal da Transparência”. O objetivo é atender aos ditames da transparência do setor público, da lisura e de deixar toda sociedade brasileira a par das decisões administrativas, bem como da sua preocupação de prestar um serviço com qualidade e dentro dos critérios de eficiência emanados da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

- **CÓDIGO DE ÉTICA**

As ações da CEAL e a conduta do seu corpo funcional estão sempre pautadas nos valores contidos em seu Código de Ética, quais sejam: na integridade, transparência, responsabilidade social, parceria, eficiência, imparcialidade, diálogo e isonomia.

- **JOVEM APRENDIZ**

A celebração do Acordo de Cooperação Técnica nº 002/2006, em que são partes o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, o Ministério de Minas e Energia – MME, as empresa do grupo ELETROBRAS e o Serviço Nacional de Aprendizagem – SENAI, com interveniência do Ministério Público do Trabalho – MPT, permitiu o incremento do número de jovens aprendizes no âmbito desta Companhia.

Desta forma, no ano de 2007, decorrente de processo de seleção pública, através da publicação de edital no Diário Oficial da União, foram contratados 89 (oitenta e nove) jovens aprendizes. Os cursos disponibilizados são nas áreas de eletroeletrônica, edificações, tecnologia da informação e administrativa.

Em reconhecimento ao Programa, o Ministério do Trabalho e Emprego outorgou a CEAL o Prêmio de Empresa Parceira do Programa Primeiro Emprego, reconhecendo o compromisso desta Companhia no combate a exclusão social e na consolidação de uma sociedade mais justa.

- **PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

A CEAL manteve em 2007 o Convênio com a Associação dos Deficientes de Alagoas - ADEFAL, promovendo o desenvolvimento da capacidade laborativa de 40 pessoas, por meio de ações e atividades compatíveis com a condição física e psicológica de cada um, contribuindo assim, para a formação profissional e inserção no mercado de trabalho.

- **ESTAGIÁRIOS**

A CEAL, através de Convênios celebrados com o Instituto Euvaldo Lodi – IEL e Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, operacionalizou Programas de Estágio, para 26 estagiários do ensino fundamental e 58 estagiários de cursos de graduação.

- **PASTORAL DA CRIANÇA**

A Pastoral da Criança é uma organização comunitária, de atuação nacional, que tem seu trabalho baseado na solidariedade humana e na partilha do saber. O objetivo é o desenvolvimento integral das crianças, da

concepção aos seis anos de idade, em seu contexto familiar e comunitário, a partir de ações de caráter preventivo e que fortaleçam o contexto social e a integração entre a família e a comunidade.

Desta forma, a CEAL participa viabilizando a arrecadação de doações mensais espontâneas em favor da Pastoral, autorizada pelos consumidores e incluídas em suas faturas/notas fiscais de energia elétrica, podendo essas serem no valor de R\$ 1,00 a R\$ 5,00, ou outro valor a ser escolhido.

- **PROGRAMA PRÓ - EQÜIDADE DE GÊNERO**

O objetivo desse Programa é desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e cultura organizacional para alcançar a eqüidade de gênero no mundo do trabalho. É uma iniciativa do Governo Federal, que, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, reafirma os compromissos de promoção da igualdade entre mulheres e homens inscrita na Constituição Federal de 1988.

A CEAL aderiu ao Programa Pró - Eqüidade de Gênero em sua primeira edição, no ano de 2006. Em 2007 reafirmou sua adesão. As ações do Programa são desenvolvidas pelo Comitê Permanente para as Questões de Gênero, constituído paritariamente, com a participação de representantes da CEAL e dos colaboradores.

- **PROGRAMA CEAL SOLIDÁRIA**

O Programa CEAL SOLIDÁRIA se propõe a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e ambiental de instituições e comunidades, por meio da sensibilização, do estímulo, da facilitação e da criação de oportunidades de atuação voluntária dos colaboradores. O que se pretende é estimular a prática do voluntariado como uma rotina.

- **APOIO A PROJETOS EDUCATIVOS, SOCIAIS E CULTURAIS**

A CEAL no ano de 2007, promoveu apoio a eventos educativos, sociais e culturais, tais como:

- CORO RELUZ/CEAL – Firmado convênio com a FAC – Federação Alagoana de Coros para assistência técnico - vocal dos participantes do Coro;
- COLECIONADOR DE SONHOS – livro de entrevistas de Ari Lins Pedrosa;
- 4º DESAFIO DE CICLISMO AMAZON – evento esportivo;
- FESTIVAL CULTURAL DE MURICI;
- DOCUMENTÁRIO – sobre a vida de MANOEL FIEL FILHO para exibição nas TVs Educativas, Cinemas e Escolas de Ensino Fundamental e Médio do Brasil;
- III BIENAL NACIONAL DO LIVRO DE ALAGOAS.

- **MEIO AMBIENTE**

A CEAL firmou um Termo de Compromisso entre a Prefeitura Municipal de Maceió, através da Secretaria Municipal de Proteção ao Meio Ambiente – SEMPMA. Constam do referido Termo outros compromissos, a exemplo de:

1. Organização e execução de seminário de validação de documento intitulado “Guia de Arborização da CEAL”;
2. Confecção, publicação e distribuição do mesmo para técnicos, prefeituras, secretarias e população em geral, dispondo sobre os procedimentos corretos para arborização urbana, objetivando a convivência harmônica entre árvores e rede elétrica;
3. Participação, por meio de intercâmbio técnico para 02 (dois) componentes da SEMPMA, 02 (dois) da CEAL, e 01 (um) da Superintendência Municipal de Obras e Urbanização - SOMURB, com outras empresas distribuidoras de energia elétrica para o conhecimento de ações ambientais.
4. Quanto ao Guia de Arborização, o mesmo se encontra sendo consolidado, para confecção, publicação e posterior distribuição. Com relação ao intercâmbio técnico, a CEAL está mantendo contato com a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, para a adequação de datas e envio dos técnicos.

Ainda em decorrência da poda inadequada de árvores, firmou-se, também, um Termo de Ajuste de Conduta entre a CEAL, a Superintendência Municipal de Obras e Urbanização - SOMURB e a Secretaria Municipal

de Proteção ao Meio Ambiente – SEMPMA, com interveniência do Ministério Público Estadual, visando resolver os conflitos resultantes dessa irregularidade, bem como, regulamentar os procedimentos corretos a serem adotados quanto ao trabalho de poda, supressão e replantio do conjunto arbóreo situado sob a rede elétrica em Maceió, com a finalidade de harmonizar o convívio da rede elétrica com as árvores proporcionando a preservação ambiental. Um dos elementos resultantes desse outro compromisso é um Convênio entre a empresa e a Secretaria Municipal de Proteção ao Meio Ambiente de Maceió, onde a empresa habilita-se à realização desta atividade, inerente à manutenção da operação de rede de distribuição, principalmente.

Para este melhor convívio, a CEAL encontra-se desenvolvendo novos padrões de redes de distribuição aérea urbana, utilizando cabos protegidos para as redes de média tensão, e cabos multiplexados para as redes de baixa tensão.

Considerando a necessidade de continuidade e ampliação das ações já iniciadas, bem como, a necessidade de adequação às diretrizes do sistema ELETROBRAS, a CEAL adotou em 2006 a Política de Meio Ambiente de conformidade com as referidas diretrizes, as quais estabelecem princípios para o tratamento das questões socioambientais associados aos empreendimentos de energia elétrica da empresa. Os princípios constituem uma Declaração de Intenções da CEAL, em consonância com as intenções do Sistema.

Atrelado a tudo isso, o Programa de P&D da empresa proporciona a conscientização, em suas diversas atividades, do emprego da energia de forma racional, resultando em ganho ambiental.

Foi finalizada a 2ª etapa do Projeto de “Estudo da Viabilidade de Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH’S na Bacia do Rio Mundaú”, que visa estudar a potencialidade energética na bacia hidrográfica do rio Mundaú. Identificados os pontos que forneçam capacidade de geração de energia elétrica através de Pequenas Centrais Hidrelétricas, e possibilitem assim um incremento potencial ao estado, uma alternativa de geração mais limpa e a difusão das oportunidades de aproveitamentos dos recursos hídricos.

No mês de novembro de 2007, o referido projeto foi apresentado no IV Congresso Acadêmico da Universidade Federal de Alagoas, no campus de Maceió, como trabalho de “Iniciação científica na área ambiental.”

Com a implementação e aprimoramento contínuo da Política Ambiental do Sistema ELETROBRAS, a CEAL, como integrante do Sistema, busca contribuir para a construção de um projeto nacional de desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, a empresa, em conjunto com os órgãos de proteção ao Meio Ambiente, caminha para uma atuação integrada e com responsabilidade socioambiental.

### **Aspectos econômicos financeiros**

Apesar das dificuldades encontradas, nesse aspecto, a CEAL vem conseguindo um nível de investimento cada vez maior, porém ainda insuficiente para suas reais necessidades e aquém de sua capacidade, por estar subordinada às regras estabelecidas pelo Plano Nacional de Desestatização – PND.



### **Situação econômico-financeira**

A CEAL, confirmando as projeções de recuperação econômico-financeira, embora tenha apresentado no exercício de 2007, ainda, um resultado negativo em R\$ 22,7 milhões, o mesmo já é 83% melhor que o resultado de 2006.

Outros indicadores financeiros expressam e confirmam essa recuperação, tais como:

- O Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações (LAJIDA) que vem apresentando crescimento nominal e em 2007 foi 13,9 % maior que 2006;
- O Resultado do Serviço que teve um crescimento de 13,9%;
- A Receita Operacional Líquida que teve também crescimento de 20,3%.

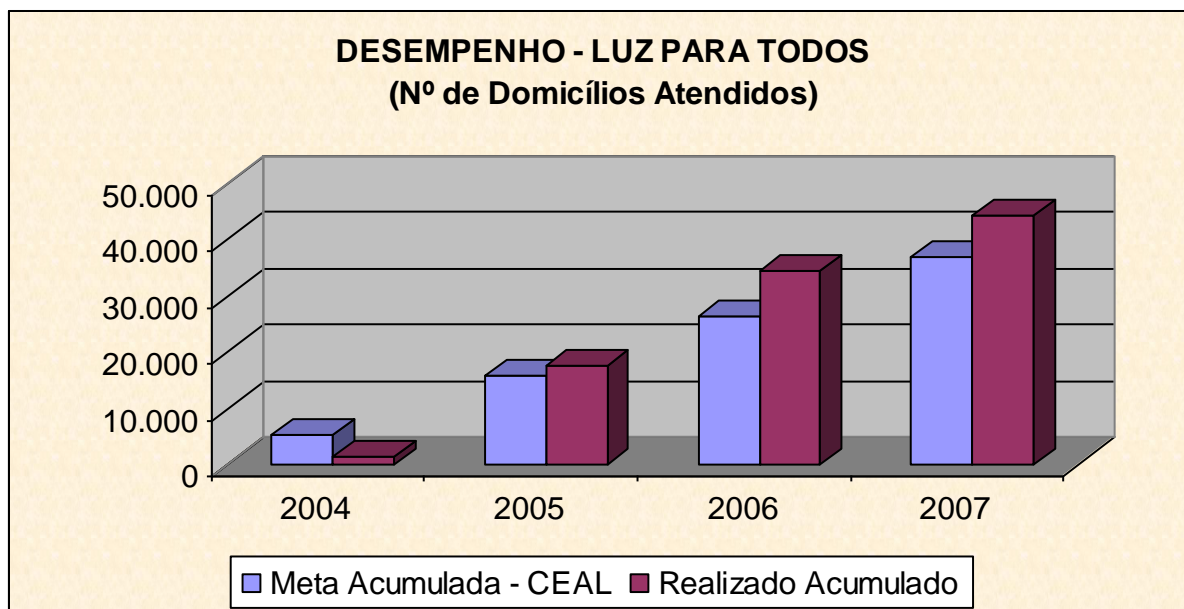
### **Aspectos técnicos**

Apesar da carência de recursos, a CEAL procurou priorizar os investimentos possíveis num elenco de obras prioritárias que fizessem frente às principais demandas do sistema elétrico, como crescimento do mercado, índices de continuidade e confiabilidade do fornecimento e a tentativa constante de racionalidade e versatilidade na operação e manutenção do sistema elétrico.

Ressalte-se aqui que no Programa Luz para Todos a CEAL situa-se entre as empresas de melhor desempenho no cumprimento das metas estabelecidas pelo Governo Federal, tendo, em 2007, ligado 9.818 domicílios rurais, totalizando 44.316 no quadriênio 2004/2007. Isso representa 106% da meta para Alagoas no Termo de Compromisso, e 119% da meta própria estabelecida para a CEAL no mesmo período. Considerando-se o PAC, para o ano de 2007, estavam previstas a eletrificação de 8.000 domicílios rurais no estado, tendo sido realizadas 9.818 ligações (atingindo 123% de execução).

O Programa já contemplou 100 municípios, enquanto que os outros dois restantes (Belém e São Brás) estão com obras em andamento. Para garantir o andamento do Programa, a CEAL vem realizando vários investimentos no sistema de Transmissão e Distribuição, onde já foram construídos 337,47 km de linhas de

Distribuição (Reforço de Rede), sendo 232,30 km em 2007. Além disso, foram contratados mais 60,29 km de linhas, totalizando 397,76 km de Reforço de Rede, beneficiando vários consumidores nos municípios atendidos por essas obras.



### 3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

No exercício de 2007, a gestão da empresa mobilizou-se com o objetivo de alcançar as metas previstas no Planejamento Estratégico acordado com a sua controladora, Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS, estando o mesmo focado em três grandes objetivos:

#### 3.1. Redução da Inadimplência dos Consumidores

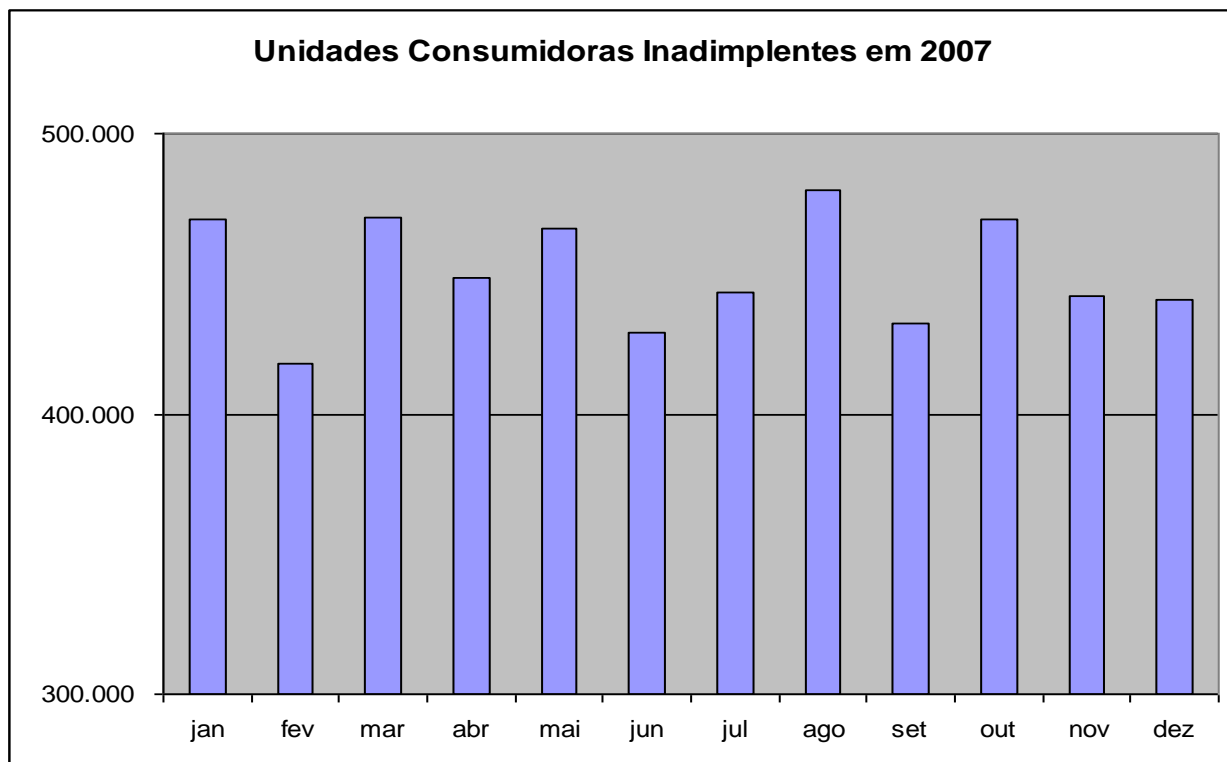
Neste relatório a inadimplência será abordada levando-se em consideração os valores totais da inadimplência dos grupos de faturamentos de baixa e alta tensão.

O objetivo dessa abordagem segmentada é mostrar a evolução da inadimplência identificando em cada segmento os itens mais importantes para perfeita compreensão dos valores apresentados.

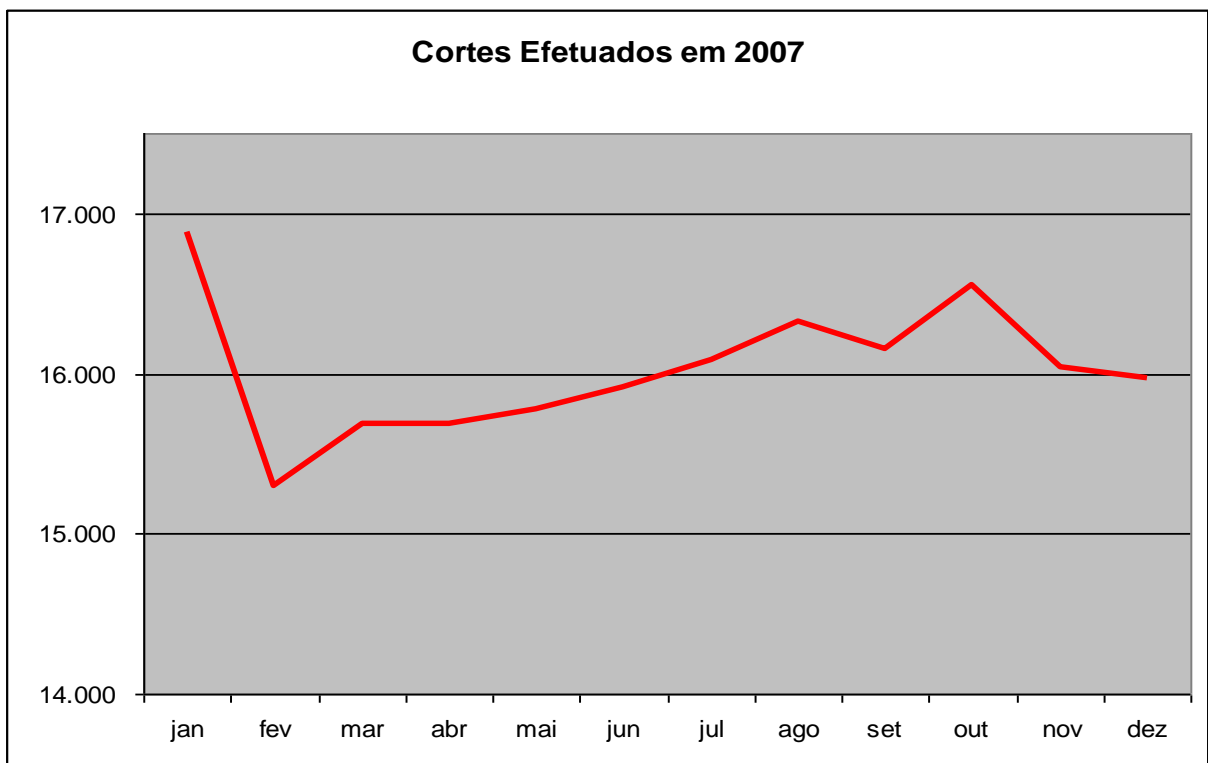
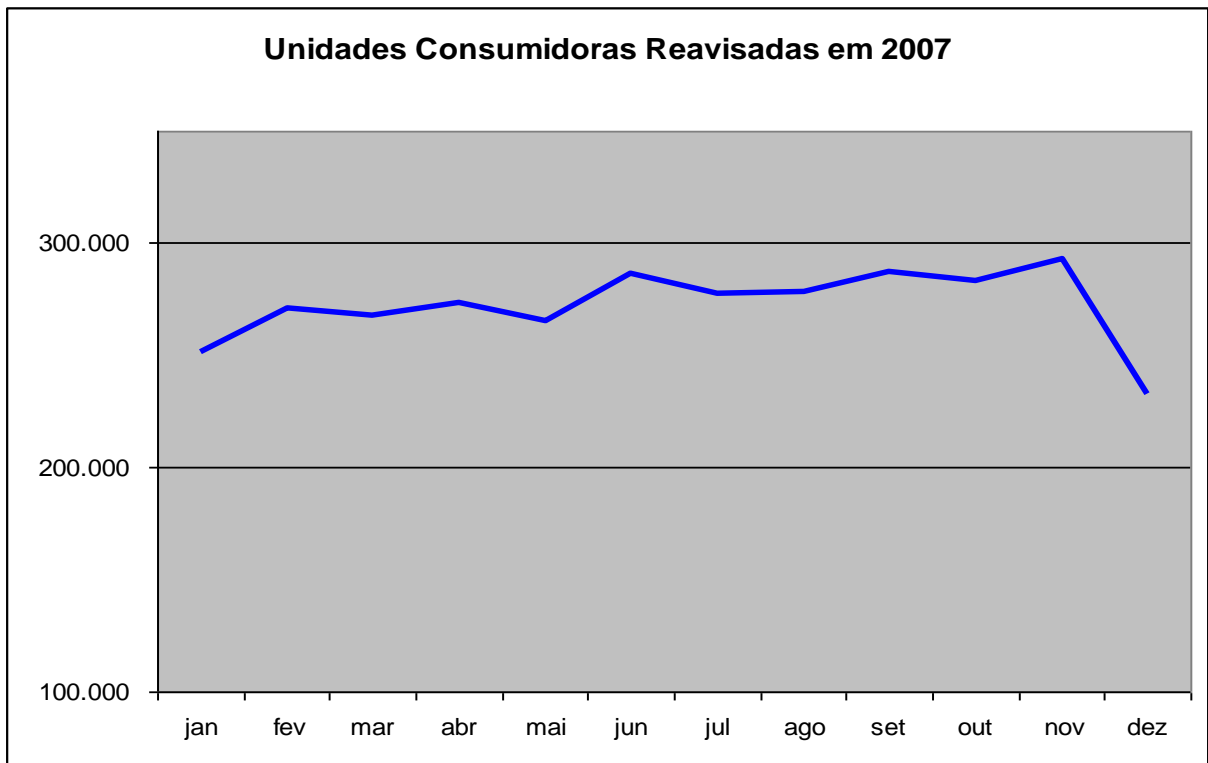
A seqüência de gráficos a seguir apresentada enfoca os valores e as quantidades de faturas em débito ao longo do ano, bem como uma visão geral das ações implementadas em 2007.

Por último, apresenta-se o gráfico de acompanhamento da Meta ELETROBRÁS para a inadimplência, onde se vê a relação Arrecadação caixa/Faturamento ao longo do ano de 2007.



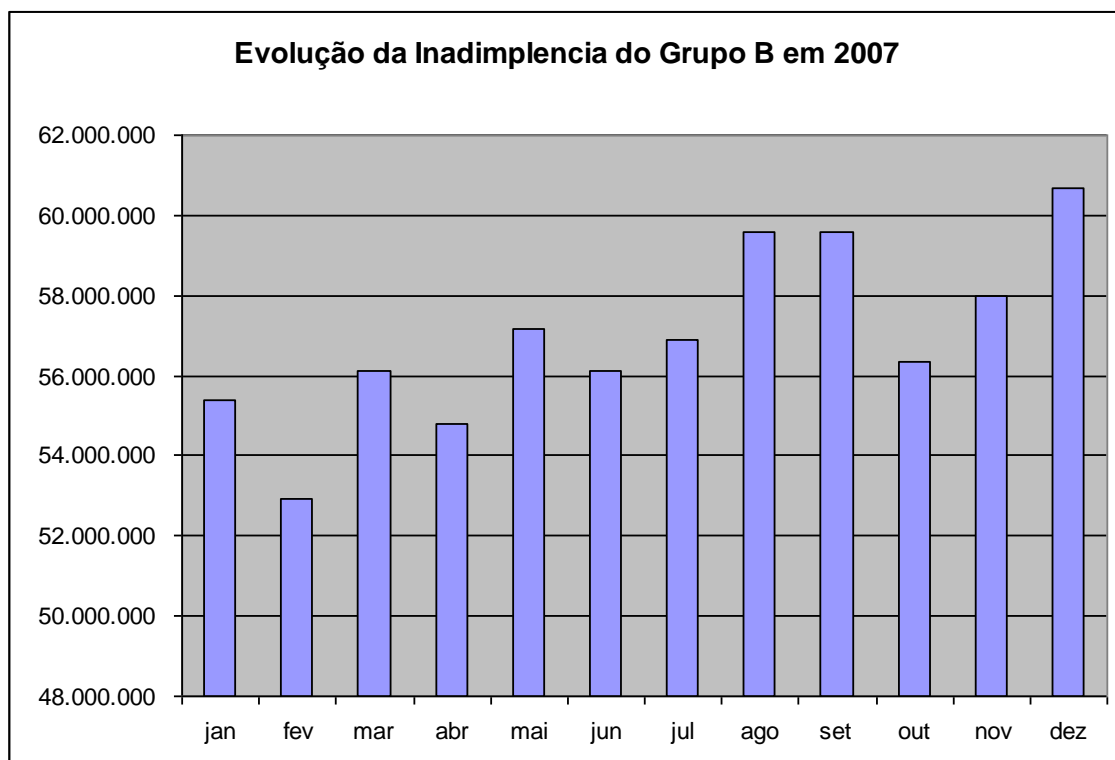


O gráfico acima mostra a quantidade de unidades consumidoras inadimplentes em 2007. Verifica-se uma alternância na quantidade de unidades consumidoras inadimplentes no ano, com uma pequena redução nos dois últimos meses.

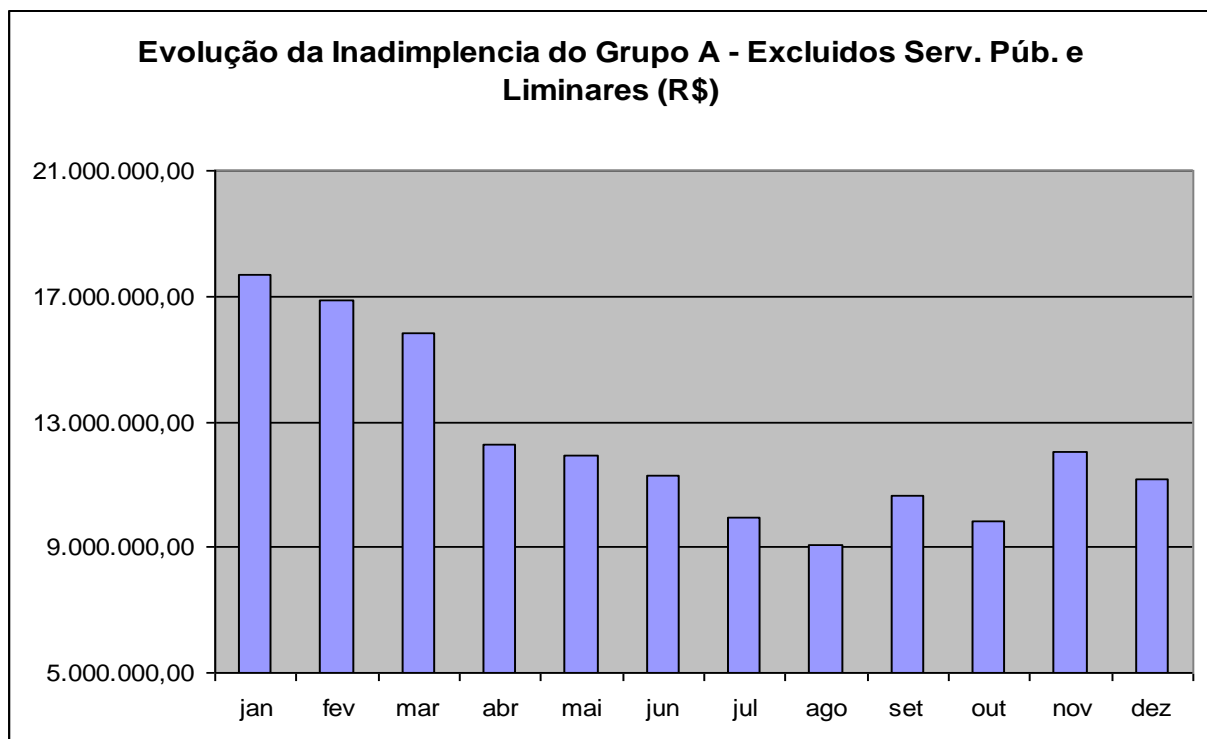


Os dois gráficos anteriores mostram as unidades consumidoras reavistadas durante o ano e os cortes efetuados. Sendo que, em janeiro devido o vencimento dos contratos de serviços técnicos comerciais, foram licitados os cortes da capital e interior. Durante o período de licitação houve uma queda no ritmo dos cortes sendo a retomada gradual, basicamente em função do novo modelo de corte licitado para a capital, onde o pagamento do evento é feito pela religação efetuada. No comparativo de cortes realizados em 2006 e 2007, abaixo apresentado, verifica-se uma redução dos cortes realizados em 2007, devido ao aumento dos eventos de cadastramento de ligação nova e também o crescimento destas novas ligações em função das inspeções por varredura para redução das perdas. Percebe-se, ainda, que um ajuste orçamentário é necessário para redução da inadimplência do Grupo B (gráfico demonstrativo da evolução apresentado em seguida), cujo corte é fator fundamental para o recebimento das faturas em atraso.

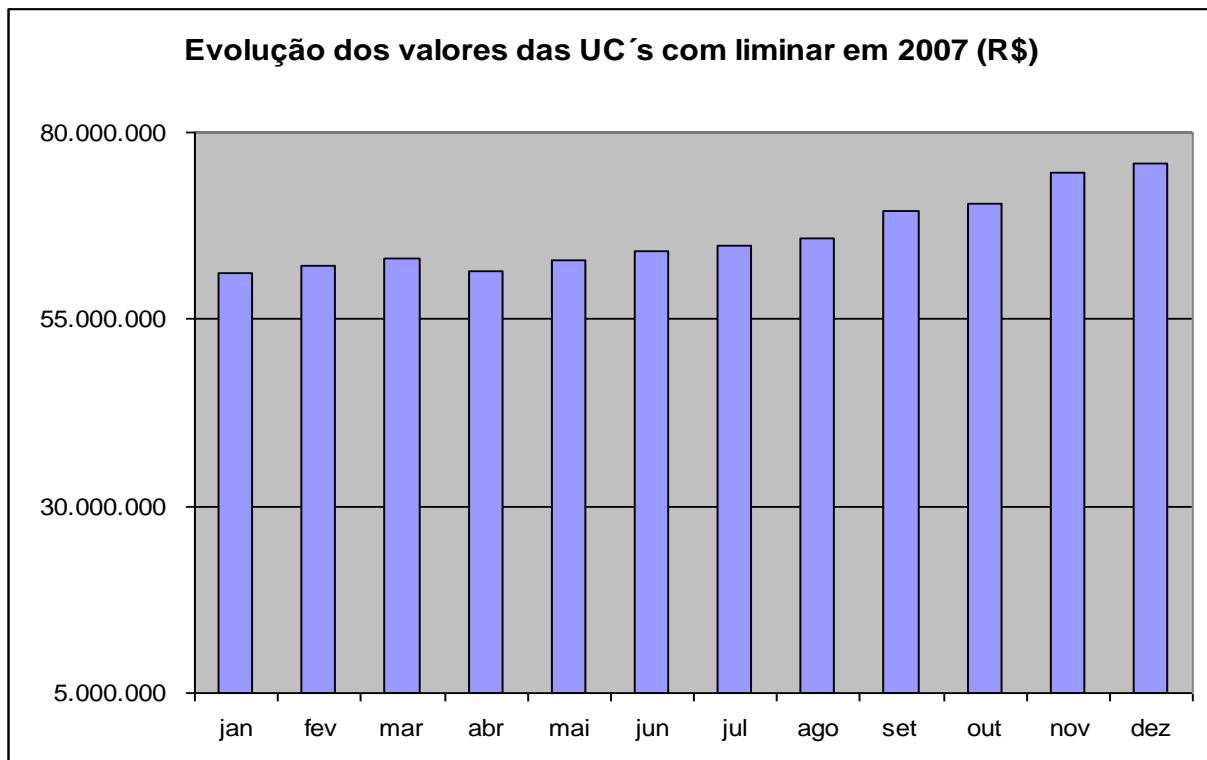
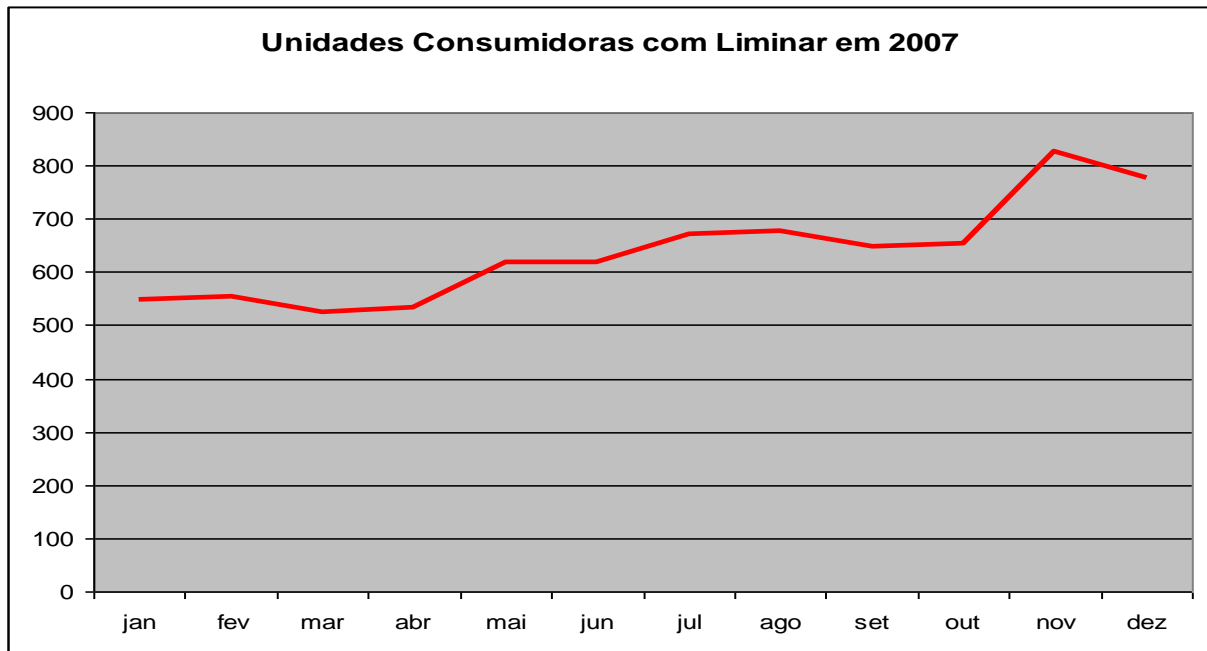
Mês	2006		2007		Necessário	
	Corte	Orçamento	Corte	Orçamento	Corte	Orçamento
jan	24.928	170.444,21	16.454	175.325,79	30.000	276.600
fev	20.787	170.444,21	14.870	175.325,79	30.000	276.600
mar	18.600	170.444,21	15.234	175.325,79	30.000	276.600
abr	18.776	170.444,21	15.245	175.325,79	30.000	276.600
mai	17.645	170.444,21	15.301	175.325,79	30.000	276.600
jun	16.909	170.444,21	15.446	175.325,79	30.000	276.600
jul	16.875	170.444,21	15.608	175.325,79	30.000	276.600
ago	17.416	170.444,21	15.862	175.325,79	30.000	276.600
set	17.771	170.444,21	15.716	175.325,79	30.000	276.600
out	17.509	170.444,21	16.115	175.325,79	30.000	276.600
nov	17.446	170.444,21	15.586	175.325,79	30.000	276.600
dez	17.070	170.444,21	15.586	175.325,79	30.000	276.600
<b>Total</b>	<b>221.732</b>	<b>2.045.330,49</b>	<b>187.033</b>	<b>2.103.909,50</b>	<b>360.000</b>	<b>3.319.200,00</b>



A inadimplência do Grupo A, quando retirados os valores relativos à inadimplência do Serviço Público, CASAL principalmente, e a inadimplência relativa às liminares impeditivas de corte, verifica-se uma redução significativa ao longo do ano, reflexo da política de corte do Grupo A implantada em 2007.



O número de clientes com liminar impeditiva de corte cresceu 42% em 2007 e o valor da inadimplência correspondente deste grupo cresceu 24%, como pode-se perceber nos gráficos abaixo apresentados.

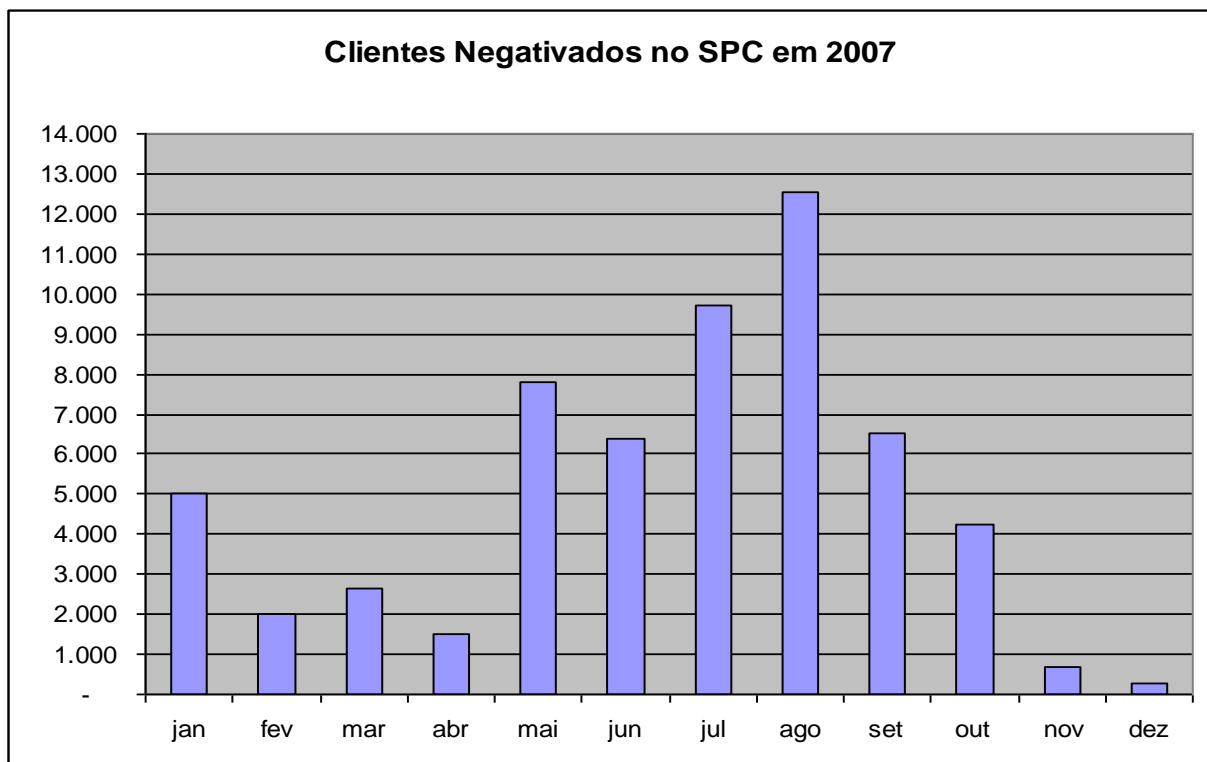


O número de clientes negativados no Serviço de Proteção ao Crédito – SPC ao longo do ano de 2007 foi inconstante e bem menor que o esperado, conforme se vê no gráfico abaixo. As informações abaixo mostram a situação atual e os próximos passos a seguir.

A inclusão de clientes inadimplentes no SPC está automatizada, porém, a atividade de cancelamento não está, o que gera um descompasso entre as duas atividades que concorrem para as seguintes dificuldades:

- ✓ Falta de sincronização entre o Banco de Dados do Ajuri e do SPC;
- ✓ Insegurança para novas negativações, já que, o banco de dados do Ajuri não está atualizado;
- ✓ Acúmulo de pendências nas atividades de cancelamento das negativações;
- ✓ Nos meses de outubro e novembro não foram feitas negativações, somente foram feitas retiradas de nomes negativados quando quitado o débito;
- ✓ Frustração de receita pela não utilização do SPC - para cada R\$ 1,00 aplicado em negativação o retorno médio é da ordem de R\$ 200,00 (valores verificados entre janeiro e outubro de 2007);
- ✓ Eminência de demandas Judiciais pela negativação indevida ou cancelamento não processados;

A normalização do processo está em andamento e os procedimentos propostos para solução do problema contemplam ações dos gestores do SPC e da equipe de TI da ELETRONORTE em conjunto com a equipe de TI da CEAL.



### **3.1.1. Acompanhamento da inadimplência CEAL em 2007**

A tabela abaixo mostra a evolução da inadimplência de janeiro a dezembro de 2007, por classe de consumo, com e sem liminares de impedimento de corte.

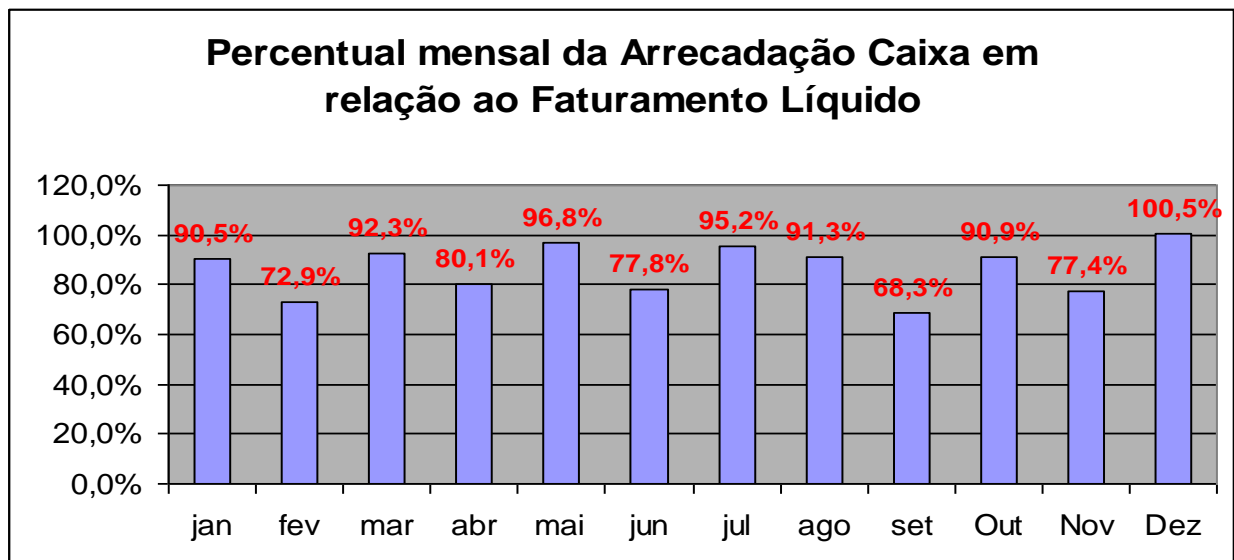
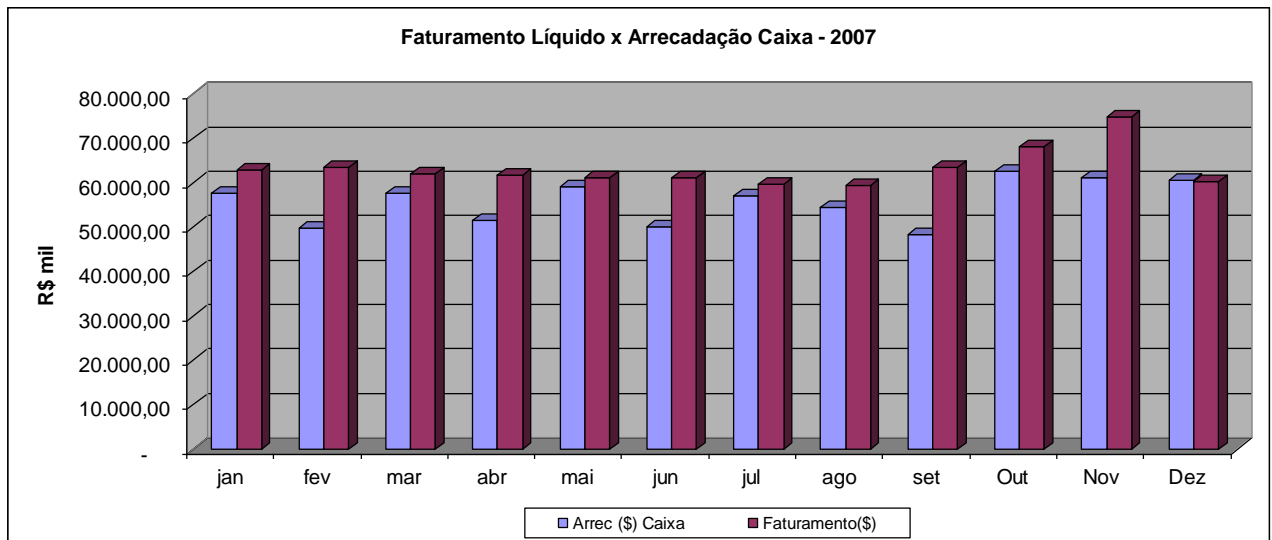
Percebe-se que houve crescimento da inadimplência nas classes Residencial (2,1%), Industrial (35,5%), Comercial (15,3%), Poder Público (0,7%), Serviço Público (46,6%), e Rural (24,6%), com exceção da classe Iluminação Pública que houve redução (-24,7%). O crescimento total do ano foi de 21,1%.

#### **3.1.1.1. Dificuldades que mais impactaram na redução da inadimplência:**

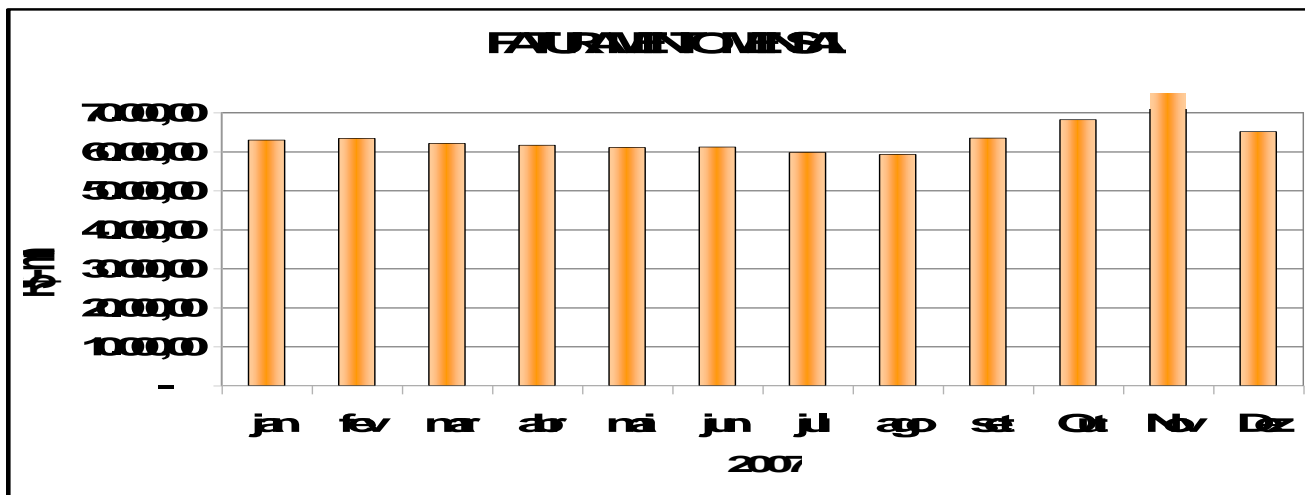
- 1) Queda no ritmo dos serviços de cortes devido a vencimentos de contratos técnicos comerciais e período de novas contratação, bem como novo modelo de corte licitado para a capital, onde o pagamento do evento é feito pela religação efetuada;
- 2) Aumento dos eventos de cadastramento de ligação nova e também o crescimento destas novas ligações em função das inspeções por varredura para redução das perdas, impactando no nº de corte realizados;
- 3) Necessidade de ajuste orçamentário para redução da inadimplência do Grupo B cujo corte é fator fundamental para o recebimento das faturas em atraso;
- 4) O número de clientes com liminar impeditiva de corte cresceu 42% em 2007 e o valor da inadimplência correspondente deste grupo cresceu 24%;
- 5) O número de clientes negativados no Serviço de Proteção ao Crédito – SPC ao longo do ano de 2007 foi inconstante e bem menor que o esperado;
- 6) A inclusão de clientes inadimplentes no SPC está automatizada, porém, a atividade de cancelamento não está. Assim sendo, temos um descompasso entre as atividades, devido a:
  - Falta de sincronização entre o BD do Ajuri e o BD do SPC;
  - Insegurança para novas negativas, já que, o banco de dados do Ajuri não está atualizado;
  - Acumulo de pendências nas atividades de cancelamento das negativas;
  - Nos meses de outubro e novembro não foram feitas negativas, somente foram feitas retiradas de nomes negativados quando quitado o débito;
  - Frustração de receita pela não utilização do SPC - para cada R\$ 1,00 aplicado em negativação o retorno médio é da ordem de R\$ 200,00 (valores verificados entre janeiro e outubro de 2007);
  - Eminência de demandas Judiciais pela negativação indevida ou cancelamento não processados;

### **3.1.2. Acompanhamento da meta ELETROBRAS em 2007**

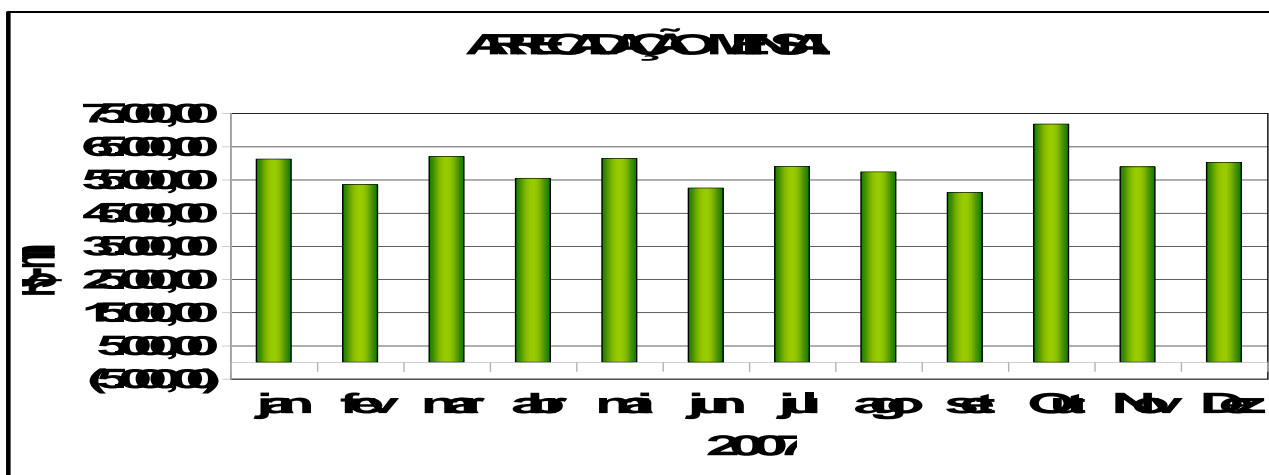
A meta proposta pela ELETROBRÁS para 2007 foi definida de forma que a relação entre a Arrecadação caixa e o Faturamento Líquido não fosse maior que 95% até dezembro de 2007. Os gráficos abaixo mostram os valores verificados mês a mês até dez/07.



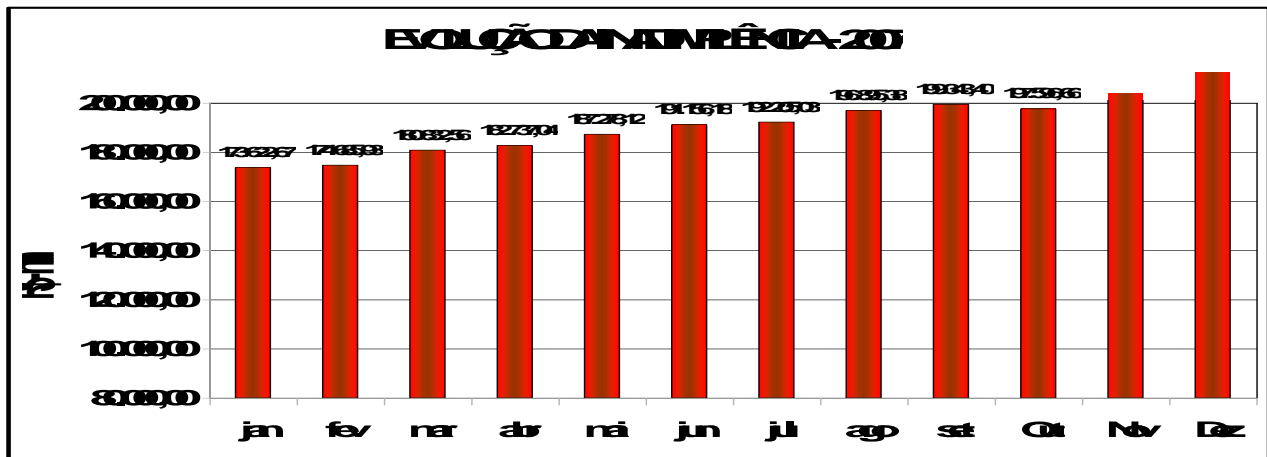




	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	Out	Nov	Dez
Faturamento(€)	6295,63	6330,11	6282,38	6165,38	6105,60	6176,05	5976,46	5926,13	6346,32	6817,01	7495,33	7195,33



	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	Out	Nov	Dez
Arecadação(€)	6129,01	5362,38	6193,12	5545,06	6149,92	5242,20	5682,91	5732,68	5115,96	7176,48	5688,08	5688,08



	jan	fev	mar	abr	ma	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Índice	136227	146533	163226	172304	182632	191618	192903	198253	198840	195836	201982	201982

### 3.2. Redução de Perdas Elétricas (técnicas e não-técnicas)

As perdas elétricas têm se constituído grande preocupação das empresas distribuidoras, notadamente a partir do ano 2000, quando ocorreu a consolidação dos investimentos nas empresas recém privatizadas e também a atuação mais efetiva da Agência Reguladora, tendo como consequência a necessidade da busca de redução de perdas como forma de obtenção do retorno desses investimentos. Na CEAL, da mesma forma, tendo em vista as ações já realizadas e a forte tendência de crescimento do índice verificada a partir de setembro de 2004, também, tornou-se motivo de grande preocupação.

A proliferação das fraudes e desvios de energia no Estado de Alagoas advém, em grande parte, de uma cultura de uso irregular da energia elétrica com impunidade.

Apesar dos esforços envidados, a situação econômico-financeira da Empresa dificultou a alocação dos recursos necessários ao efetivo combate das perdas, motivando a descontinuidade no desenvolvimento de ações que impediriam a proliferação de práticas de furto de energia elétrica, verificou-se a retomada no crescimento das perdas.

Diante desse quadro, foi elaborado pela CEAL, em conjunto com a Eletrobrás, um Plano de Gestão das Perdas Comerciais para o período 2005-2009. Esse plano previa, em cinco anos, investimentos de aproximadamente R\$ 74 milhões em ações executivas e estruturadoras para combater as perdas comerciais. Tal esforço visava a reverter a tendência de crescimento do índice, saindo dos 29,5% de perdas totais em março de 2005 para 23,1% em julho de 2009, medidos em relação à energia requerida.

Diversas ações foram desencadeadas.

No segundo semestre de 2006, mais uma vez os índices de perdas voltaram a crescer com taxas preocupantes, o que leva à conclusão de que as ações então em desenvolvimento não eram suficientes à reversão.

No início de 2007, foram implementados ajustes nos procedimentos de leitura de consumidores de alta tensão e, também, na forma de faturamento desses consumidores (base no registro de dados, em vez de memória de massa), do que resultaram as reduções das perdas verificadas em fevereiro e março deste ano (2007). Logo em março, porém, as perdas voltaram a crescer.

Diante desse quadro, a CEAL buscou alternativa, optando por adotar sistemática semelhante àquela desenvolvida na ESCELSA, ou seja, a "Operação Varredura", iniciada em maio deste ano, na área metropolitana da Capital. Os resultados começam a aparecer, verificando-se a redução das perdas a cada mês, a partir de junho, como se vê a seguir:

**Perdas anualizadas (%)**

ANO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2006	28,55	29,01	29,05	28,95	29,21	29,38	29,57	30,08	30,37	30,57	30,70	31,15
2007	31,22	30,94	30,93	31,40	31,71	31,66	31,58	31,41	31,23	31,12	30,97	30,76

Ressalte-se que desde o ano de 2003 não ocorria queda no índice de perdas em tantos meses consecutivos.

Para o ano de 2007, foram planejadas e implementadas diversas ações, tais como:

- 1 - Inspeções em unidades suspeitas de fraude (dirigidas e varredura);
- 2 - Inspeções em unidades com medição e sem registro de consumo.
- 3 - Fiscalização de unidades desligadas há mais de 180 dias.
- 4 - Regularização de unidades consumidoras clandestinas onde já existe rede de distribuição.
- 5 - Fiscalização/regularização de luminárias, outdoors, iluminação de fachadas.
- 6 - Fiscalização de consumidores do Grupo A.
- 7 - Instalação de medição em consumidores taxados.

Essas ações, em especial a Operação Varredura, acarretaram uma mudança no comportamento das perdas, devendo-se observar o que ocorrerá nos próximos meses. Desde já, entretanto, verificam-se dois pontos importantíssimos, decorrentes da implementação da Operação Varredura: a) o número de ligações novas aumentou em 20%; b) o número de casos identificados de manipulação do medidor, através da desativação de bobinas e outros artifícios, aumentou significativamente, implicando na necessidade de substituição de um grande número de medidores.

Destaque-se que as ações planejadas e implementadas em 2007 possibilitaram um ganho de energia de 34.966 MWh, o que representa 104% da meta prevista para este ano.

É visível e significativa a queda nas perdas. Entretanto, considerando o alto índice, observa-se que as ações precisam ser intensificadas, ampliadas, redobradas, de forma a se conseguir índices aceitáveis em um espaço de tempo menor.

É importante lembrar que a meta estabelecida no Plano de Gestão para 2007 (28,7% para dezembro) impunha uma redução de 2,45 pontos percentuais em um ano. Tal redução, como se sabe, é extremamente difícil de ser alcançada em um período tão curto.

### **3.3. Melhoria dos índices de qualidade, quais sejam os de confiabilidade e continuidade do fornecimento de energia elétrica.**

Feita a análise dos números obtidos em 2007, observa-se que a CEAL teve um desempenho satisfatório nos indicadores de qualidade (DEC e FEC), tanto na meta estabelecida pela ANEEL, quanto nos resultados obtidos em relação ao ano de 2006.

**DEC e FEC geral da CEAL**

	2006	2007	Redução % em relação a 2006
DEC Anual	24,53	20,99	13,57
FEC Anual	18,04	17,24	4,43

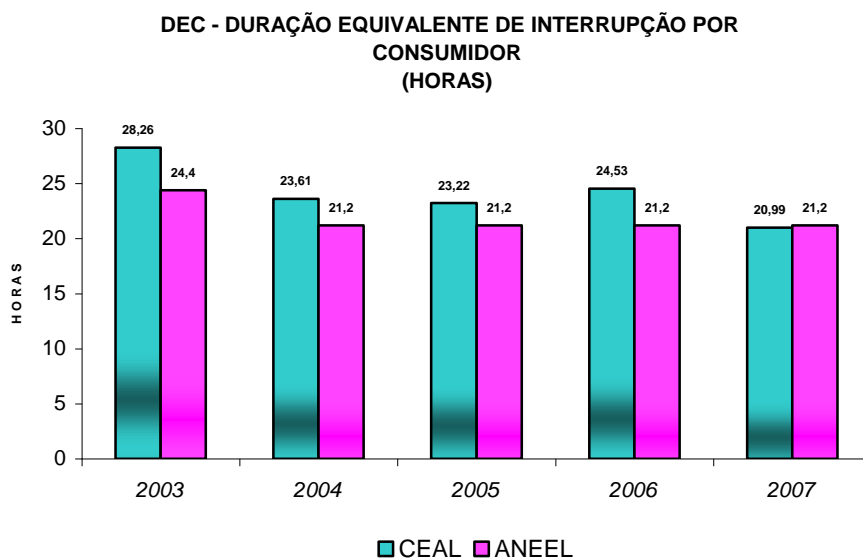
	ANEEL	2007	Redução % em relação a 2006
DEC Anual	21,20	20,99	1,00%
FEC Anual	22,16	17,24	22,20%

**DEC e FEC por conjuntos elétricos**

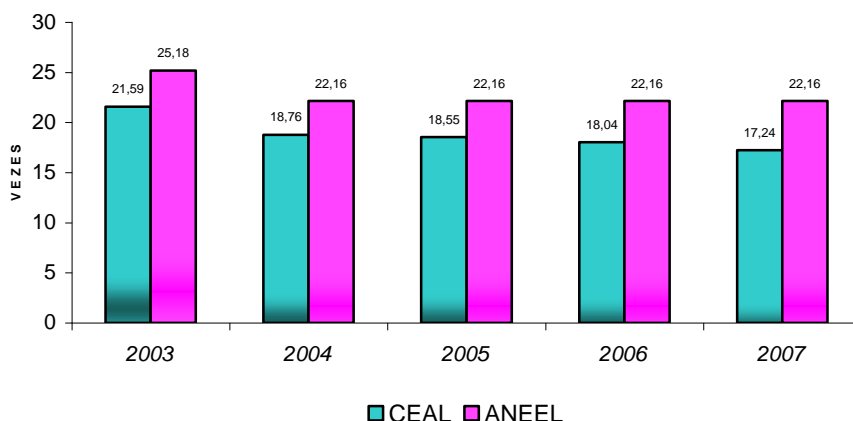
Observa-se que houve uma considerável redução no número de conjuntos violados em relação ao ano de 2006, passando de 07 (sete) para 03 (três), em 2007.

O Tempo Médio de Atendimento – TMA apresentou em 2007, uma redução de 13,1%, em relação a 2006, passando de 122 para 106 minutos. Em relação à meta de 130 minutos estabelecida pela ANEEL, verifica-se, também, uma redução de 18,5% no TMA realizado em 2007.

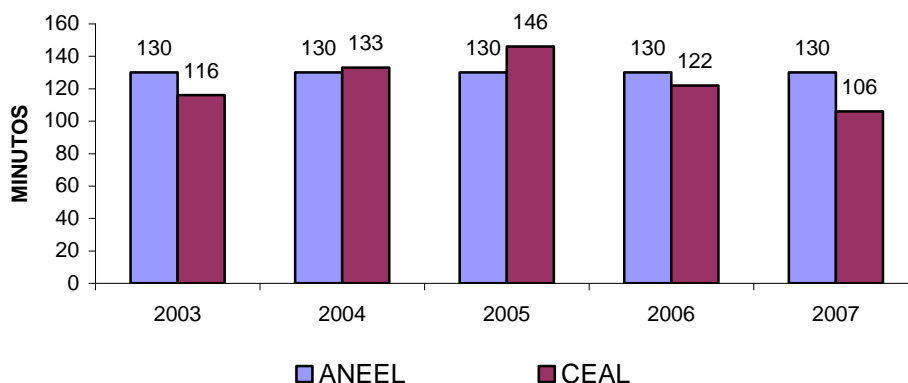
**GRÁFICOS DOS INDICADORES - DEC, FEC e TMA**



**FEC - FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR CONSUMIDOR (VEZES)**



**TMA - TEMPO MÉDIO DE ATENDIMENTO (MINUTOS)**



## 4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

### 4.1. PROGRAMAS

#### Objetivos

A **Companhia Energética de Alagoas - CEAL**, sociedade por ações de economia mista, é uma concessionária federal do serviço público de energia elétrica, cujo acionista controlador é a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, que detém 74,84% do seu capital votante. Seus principais objetivos são o planejamento, construção e exploração da produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia, em sua área de atuação, atende aos 102 municípios de Alagoas, atende a aproximadamente 771 mil consumidores em 31.12.2007, contando para esse fim com um quadro de 1.065 empregados em 31.12.2007.

Através do Decreto nº 2.356, de 23 de outubro de 1997, a Companhia foi incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND.

Em fevereiro de 2001, a CEAL assinou com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL o Contrato de Concessão nº 07/2001, até o ano de 2015, englobando todos os 102 municípios do Estado de Alagoas. De acordo com o Contrato de Concessão, as tarifas de energia elétrica serão reajustadas anualmente com base no Índice de Reajuste Tarifário (IRT), e revisadas a cada quatro anos.

Para cumprimento ao Contrato de Concessão, faz-se necessário executar todo o Programa de Investimento planejado. Inicialmente foi proposto a Eletrobrás um teto orçamentário de R\$ 144.412.710,00; mas só foi aprovado pela Eletrobrás R\$ 97.450.000,00, (posteriormente suplementado para R\$ 128.450.000,00, sendo R\$ 81.000.000,00 destinados para aplicação exclusiva no Programa Luz Para Todos). Resalta-se também, que a suplementação orçamentária solicitada pela CEAL no valor de R\$ 31.000.000,00 para aplicação no Programa Luz para Todos só foi liberada, através da Lei nº 11.625/2007 de 26.12.2007, não sendo possível sua aplicação ainda no exercício de 2007, devido a exiguidade de tempo. Os pedidos de financiamentos previstos para serem liberados pela Eletrobrás, oriundos da Reserva Global de Reversão (RGR), em MAR/2007, só foram aprovados em NOV/2007 e DEZ/2007, forçando assim a postergação de grande parte das obras, para o exercício de 2008.

#### 4.1.1. Programas

PROGRAMA/ AÇÃO	REALIZADO 2007 (R\$)	APROVADO LEI Nº. 11.625/07 (R\$)	REALIZADO (%)
<b>ENERGIA CIDADÃ</b> 0273 1329 0027 Programa Luz Para Todos	58.946.007	81.000.000	72,77
<b>ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE</b> 0294 3375 0027 Implantação de sistema de transmissão em Ala-	11.120.305	17.000.000	65,41
0294 3409 0027 Ampliação de rede urbana de distribuição de energia elétrica no estado de Alagoas	17.834.203	19.000.000	93,86
1044 4893 0027 Estudos de viabilidade de projetos de Pequenas Centrais Hidroelétricas e de aproveitamentos de fontes energéticas alternativas	0	150.000	0,00
<b>ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA DE APOIO</b> 0807 4101 0027 Manutenção e adequação de bens imóveis - No estado de Alagoas	0	1.300.000	0,00
0807 4102 0027 Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos - No estado de Alagoas	721.187	3.000.000	24,04
0807 4103 0027 Manutenção de ativos de informática, informação e tele processamento – No estado de Alagoas	371.292	7.000.000	5,30
<b>TOTAL</b>	<b>88.992.994</b>	<b>128.450.000</b>	<b>69,28</b>

Fonte: Companhia Energética de Alagoas - CEAL

#### 4.1.1.1. Programa Energia Cidadã

##### Dados Gerais

Tipo de Programa	Finalístico.
Objetivo Geral	Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo localizadas na área rural e atender demandas comunitárias de escolas, postos de saúde e sistemas de bombeamento d'água, seja por meio de extensão de redes ou de atendimento descentralizado
Gerente Executivo do Programa	Iran de Oliveira Pinto- MME
Coordenador de Ação	Geraldo Dias de Araújo - CEAL
Indicadores	km
Público Alvo	População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, sistemas de bombeamento d'água e empreendedores nacionais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados ao atendimento elétrico rural

##### Principais Ações do Programa

Ação: Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Programa Luz Para Todos - Tipo de Ação: Projeto – Produto: Rede Ampliada – Unidade de Medida: km - Meta Física Prevista: 1.108 km – Meta Realizada: 1.144 km – 103,26% - Meta Financeira Prevista: R\$ 81.000.000,00 – Meta Financeira Realizada: R\$ 58.946.007,00 – 72,77%.

A meta física do Programa Luz Para Todos, para 2007, atingiu um patamar de 82,14% com a implantação de 9.857 domicílios rurais, no estado de Alagoas, frente aos 12.000 previsto da meta. Quanto à meta financeira, atingiu 72,77%,. Foram implantados: 1.144 km de redes MT; 978,91 km de BT; 1.290 transformadores de distribuição rural; 13,9157 MVA de potência instalada; e 24.896 postes, atendendo uma população de aproximadamente 40.000 pessoas.

##### Resultados

Em termo do desempenho operacional este Programa apresenta resultados satisfatórios, atingindo o objetivo determinado pelo Governo Federal, em proporcionar a inclusão da população

mais pobre ao acesso da energia elétrica, melhorando a qualidade de vida e proporcionando desenvolvimento regional sustentável.

#### 4.1.1.2. Programa Energia na Região Nordeste

Tipo de Programa	Finalístico.
Objetivo Geral	Atender as necessidades de energia elétrica da Região Nordeste
Gerente Executivo do Programa	José Brito Trabuco – MME
Coordenador de Ação	Geraldo Dias de Araújo – CEAL
Indicadores	km
Público Alvo	Consumidores de energia elétrica da Região Nordeste

#### Principais Ações do Programa

Programa Energia na Região Nordeste, Sistema de Transmissão, a meta financeira atingiu um percentual de 65,41% do previsto, pelo motivo da falta de recursos financeiros, mesmo considerando os contratos de financiamento obtidos através da Eletrobrás/RGR, os quais só foram aprovados em novembro e dezembro de 2007, provocando o adiamento das metas para 2008. Quanto as metas físicas, em 2007, foram realizados: a implantação da LT 69 kV Delmiro Gouveia/Inhapi, 36 km, 336,4 MCM CAA; a implantação da subestação 69/13,8 kV de Inhapi com 2 x 5/6,25 MVA; a ampliação da subestação 69/13,8 kV Arapiraca II de 25MVA para 32,5MVA; Foi dado continuidade no programa de automação das subestações 69/13,8 kV do interior do estado de Alagoas, totalizando 20 subestações 69/13,8 kV automatizadas, das trinta e seis existentes; Foi iniciada a construção da linha 69kV de 34km entre a Seccionadora 69 kV Curalinho e a SE São Brás; e iniciada a ampliação da SE Benedito Bentes de 20MVA para 40MVA, com previsão para ser energizada até Março de 2008.

Ação: Implantação de Sistema de Transmissão no Estado de Alagoas - Tipo de Ação: Projeto – Produto: Linha de Transmissão Implantada - Unidade de Medida: km - Meta Física Prevista: 80,0 km – Meta Realizada: 34,0 km – 42,50% - Meta Financeira Prevista: R\$ 17.000.000,00 – Meta Financeira Realizada: R\$ 11.120.305,00 – 65,41%.



Programa Energia na Região Nordeste, Rede Urbana de Distribuição, as metas físicas e financeiras de 2007 desta ação, foram quase realizadas na sua totalidade. A meta financeira atingiu 93,86% do previsto. Quanto a meta física, atingiu 86,3%; foram construídos: 348,67 km de rede urbana de distribuição; foram implantados 580 postes na MT e 1370 postes na BT; implantados 263 transformadores de distribuição; 9,8 MVA de potência instalada.

Ação: Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica – Tipo de Ação: Projeto – Produto: Rede Ampliada – Unidade de Medida: km - Meta Física Prevista: 404 km – Meta Realizada: 348,67 km – 86,30% - Meta Financeira Prevista: R\$ 19.000.000,00 – Meta Financeira Realizada: R\$ 17.834203,00 – 93,86%.

Programa Energia na Região Nordeste, Estudos de viabilidade de projetos de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's) e de aproveitamentos de fontes energéticas alternativas. Motivado pela falta de recursos financeiros próprios da CEAL não foi realizado nada nesta atividade. Considerando também que a Eletrobrás celebrou um Convênio diretamente com o Governo do Estado de Alagoas, sem a participação da CEAL, com os mesmos objetivos. Esta atividade foi retirada do planejamento da CEAL..

Ação: Estudos de Viabilidade de Projetos de Pequenas Centrais Hidroelétricas e de Aproveitamento de Fontes Energéticas Alternativas (Eólicas, e Biomassa) – Tipo de Ação: Atividade – Produto: Estudo Realizado - Meta Financeira Prevista: R\$ 150.000,00 – Meta Financeira Realizada: R\$ 0,00 – 0,00%.

## **Resultados**

Em termo gerais referente ao desempenho operacional este Programa apresenta resultados abaixo do satisfatórios, motivado pela falta de recursos financeiros, cuja solução só veio ser aprovada em dezembro de 2007, não sendo possível sua aplicação, forçando a aplicação dos recursos obtidos através da Eletrobrás/RGR em 2007, sendo postergado esta aplicação para 2008. Mesmo assim foram construídas obras importantes, tais como a subestação 69/13,8 kV Inhapi equipada com dois transformadores 5/6,25 MVA, onde pode dar maior qualidade e capacidade de oferta para a região do Sertão Alagoano, beneficiando uma população de cerca de 50.000 pessoas. Como também a ampliação da subestação 69/13,8 kV Arapiraca II, passando de 25 MVA para 32,5 MVA, assegurando a oferta de energia elétrica ao crescimento das cargas do Distrito Industrial de Arapiraca. Foi ampliada também a rede de distribuição para proporcionar melhor qualidade no fornecimento de energia elétrica aos clientes da CEAL.

**4.1.1.3. Programa Investimentos nas Empresas Estatais de Infra-estrutura de Apoio**

Tipo de Programa	Apoio Administrativo.
Objetivo Geral	Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional
Gerente Executivo do Programa	Não definido
Coordenador de Ação	Geraldo Dias de Araújo – CEAL
Público Alvo	Governo Federal

**Principais Ações do Programa**

Programa: Atividades de infra-estrutura de apoio. Ação: Manutenção e adequação de bens imóveis - No estado de Alagoas. Motivado pela falta de recursos próprio da CEAL não foi feita nenhuma aquisição de bens imóveis, nesta atividade.

Ação: Manutenção e Adequação de Bens Imóveis – Tipo de Ação: Atividade – Meta Financeira Prevista: R\$ 1.300.000,00 – Meta Financeira Realizada: R\$ 0,00 – 0,00%.

Também em relação ao programa do parágrafo anterior, temos as seguintes justificativas para a ação Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos - No estado de Alagoas. A aplicação desta ação atingiu 24,04% do valor previsto, onde foram adquiridos veículos para a área de manutenção do sistema elétrico da Companhia Energética de Alagoas (CEAL), adquiridos ferramentas e equipamentos de serviços, de modo a melhorar o processo de logística do atendimento aos clientes, mas não foi suficiente.

Ação: Manutenção e Adequação de Bens Móveis – Tipo de Ação: Atividade – Meta Financeira Prevista: R\$ 3.000.000,00 – Meta Financeira Realizada: R\$ 721.187,00 – 24,04%.

Ainda no mesmo programa citado no parágrafo acima, temos as seguintes justificativas para a ação Manutenção de ativos de informática, informação e teleprocessamento – No estado de Alagoas. Motivado pela falta de recursos próprio da CEAL só foi aplicado 5,30% do valor previsto nesta atividade, mesmo assim foram aplicados na aquisição e instalação de sistema de telecomunicações e dado continuidade as aquisições de equipamentos, mas não foi suficiente.

Ação: Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento – Tipo de Ação: Atividade – Meta Financeira Prevista: R\$ 7.000.000,00 – Meta Financeira Realizada: R\$ 371292,00 – 5,30%.

## **Resultados**

Em termo gerais referente ao desempenho operacional este Programa apresenta resultados abaixo do satisfatórios, motivado pela falta de recursos financeiros próprios da CEAL.

## **5. DESEMPENHO OPERACIONAL**

### **RESULTADO DO EXERCÍCIO**

Confirmando as projeções de recuperação econômico-financeira a CEAL apresenta, no encerramento do exercício de 2007, ainda um prejuízo na ordem de R\$ 22.704 mil, porém, representando uma redução de 83% em relação ao prejuízo do exercício de 2006 (R\$ 136.050 mil).

No entanto, a exemplo do ocorrido no exercício anterior, alguns eventos extraordinários não recorrentes foram reconhecidos contabilmente nos demonstrativos contábeis apresentados em conjunto ao presente relatório, que devem ser expurgados para efeitos de comparação da evolução dos resultados realizados nos últimos exercícios.

Os ajustes foram efetuados para atender aos preceitos legais, tanto da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e do Instituto Brasileiro de Contadores – IBRACON, como as exigências das praticas de governança corporativa determinada pela nossa controladora Centrais Elétricas Brasileira S.A. - ELETROBRÁS.

A seguir, para melhor análise e compreensão do impacto dos referidos efeitos em nossos resultados, apresentamos um quadro comparativo, com as respectivas notas explicativos de cada fato:

1. Reversão dos créditos tributários calculados sobre os prejuízos fiscais (Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL), referentes aos exercícios de 1999 a 2002, ocorrido no exercício de 2006, no montante de R\$ 110.610;
2. Reconhecimento, por determinação do Poder Concedente, das obrigações referentes às aplicações obrigatórias da concessionária, destinados aos ciclos 2000 a 2008, dos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, correspondendo a R\$ 23.694 mil em 2006 e R\$ 6.138 mil em 2007;
3. Atualização monetária dos recursos destinados a aumento do capital social repassados pela ELETROBRÁS, no montante de R\$ 9.127 mil em 2006 e R\$ 6.554 mil em 2007;
4. Encargos financeiros calculados sobre impostos e contribuições sociais em virtude da adesão da CEAL ao Parcelamento Excepcional da Receita Federal (PAEX-REFIS) de R\$ 9.347 mil em 2006 e R\$ 3.553 mil em 2007;
5. Aumento na Provisão para Devedores Duvidosos – PDD em decorrência do acréscimo da inadimplência, pela contabilização do saldo da Recomposição Tarifária Extraordinária e do Ativo Regulatório - P&D, no montante de R\$ 16.486 mil em 2007;
6. Ajuste da conta de Caução e Depósitos Vinculados em função do reconhecimento pela CEAL de perdas judiciais, no valor de R\$ 8.000 mil em 2007;

7. Atualização do passivo referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS incidentes nas contas de energia dos consumidores denominados “baixa renda”, cujo o reflexo no exercício de 2007 foi na ordem de R\$ 2.304 mil.

Assim, conforme demonstramos no quadro acima, a CEAL apresentaria um crescimento no resultado líquido antes da tributação na ordem de 32,6% em relação ao exercício de 2006, correspondente ao valor de R\$ 22.185 mil, confirmando as projeções de recuperação da Companhia no exercício de 2007.

## **RESULTADO DO SERVIÇO**

Apresentou um crescimento de 12,3% em relação ao mesmo período de 2006 (R\$ 24.068 mil em 2007 e R\$ 21.438 mil em 2006), em função das seguintes variações:

- **Receita Operacional Líquida:** crescimento de R\$ 20,3 % em relação ao mesmo período de 2006 (R\$ 536.704 mil em 2007 e R\$ 445.975 mil em 2006), em decorrência do:
  - aumento de 65,8% das vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (R\$ 9.753 mil em 2007 e R\$ 5.883 mil em 2006);
  - crescimento do mercado consumidor cativo de 2,9% em relação a 2006;
  - reajuste tarifário médio de 5,8%, a partir de agosto de 2007;
  - recuperação de 34.966 MWh através das ações de combate as perdas comerciais;
  - aumento de 1,22% da receita pela disponibilidade da rede elétrica aos co-geradores e consumidores livres (R\$ 22.282 mil em 2007 e R\$ 18.313 mil em 2006);
  - decréscimo de 5,7% dos impostos e encargos sobre a receita, em decorrência da amortização da CVA em 2007, e ajustes da contabilização dos valores do Programa de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D em 2006.
- **Despesas Operacionais:** Apresentou um crescimento de 20,8% em relação ao mesmo período de 2006 (R\$ 512.663 mil em 2007 e R\$ 424.537 mil em 2006), em função das seguintes ações adotadas pela Companhia:
  - Serviço de terceiro – aumento de 22,8% (R\$ 55.202 mil em 2007 e R\$ 44.962 em 2006), destacando-se a implementação das ações de combate à inadimplência através da “Operação Varredura”. Nesta rubrica as despesas de maior impacto são: corte e religação, agente arrecadador, entrega de conta e reaviso de débito, leitura de conta, manutenção em linha morta, telecomunicações, serviço emergencial-plantão e serviço de vigilância;
  - Encargos de uso do sistema – aumento de 32,2% (R\$ 26.310 mil em 2007 e R\$ 19.904 mil em 2006), em decorrência do aumento das tarifas de uso do sistema em 11,05% e da amortização da CVA;

- Provisão para Devedores Duvidosos – aumento de 68,6% (R\$ 71.030mil em 2007 e R\$ 42.121 mil em 2006), em decorrência do aumento da inadimplência e da constituição do saldo do RTE e do Ativo Regulatório - PEE e P&D, evento este relevante na composição do prejuízo do exercício, conforme mencionado anteriormente;
- Outras despesas – aumento de 63,4% (R\$ 10.923 mil em 2007 e R\$ 6.683 mil em 2006). As principais rubricas que compõem esse item são: tributos (IPTU, IPVA etc.), arrendamentos e aluguéis, taxa de fiscalização da ANEEL e outras.
- **Resultado Financeiro:** em 2007 houve uma redução de 5,7% (R\$ 42.782 mil em 2007 e R\$ 45.362 mil em 2006), em decorrência, principalmente da redução verificada na taxa básica de juros da economia (SELIC) e de uma melhor gestão dos recursos financeiros especialmente quanto à quitação tempestiva dos encargos intra-setoriais, fiscais e tributários.

**INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS**

- **LAJIDA(EBITDA)** – lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações, apresentou um crescimento nominal de 13,9% em relação ao mesmo período de 2006 (R\$ 47.277 mil em 2007 e R\$ 41.522 em 2006), conforme se observa, este indicador não reflete ainda, em termos percentuais (8,81% em 2007 e 9,31% em 2006), crescimento da nossa margem operacional bem como os ganhos de produtividade resultantes das medidas de gestão de recuperação de receitas e otimização de custos já adotadas pela administração.

	R\$ mil	
	31.12.2007	31.12.2006
<b>LAJIDA (EBITDA)</b>		
Prejuízo do exercício	( 22.704 )	( 136.050 )
Imposto de renda e contribuição social	1.854	110.610
Receitas (despesas) financeiras	42.782	45.362
Depreciação e amortização	25.345	21.600
	<b>47.277</b>	<b>41.522</b>

	R\$ mil	
	31.12.2007	31.12.2006
<b>MARGEM LAJIDA (EBITDA)</b>		
LAJIDA (EBITDA)	47.277	41.522
Resultado operacional líquido – ROL	536.704	445.975
Margem Lajida (Lajida/ROL) – %	<b>8,81</b>	<b>9,31</b>

- **Liquidez Geral** – apresenta redução para 0,67 (0,69 em 2006), em virtude da captação de novos financiamentos destinados a investimentos prioritários em nosso sistema elétrico e na infra-estrutura.
- **Liquidez Corrente** – demonstra redução para 0,97 (1,21 em 2006), decorrente da transferência para o passivo circulante, das parcelas dos financiamentos que entraram em fase de amortização.

- **Grau de Endividamento** – elevou-se a 0,88 (0,83 em 2006), em razão das novas captações de financiamentos e da renegociação de dívidas tributárias.
- **Endividamento a Longo Prazo** – apresenta redução para 0,42 (0,49 em 2006).

## ENDIVIDAMENTO – EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

Em 2007 o endividamento aumentou em 7,01% em relação ao mesmo período em 2006, decorrente obtenção de financiamentos para investimentos (R\$ 65.969 mil); pela não amortização do principal dos empréstimos junto a ELETROBRÁS, em função do processo de renegociação/repactuação; e pela elevação de recursos para capital de giro.

Descrição	R\$ mil			
	31.12.2007		31.12.2006	
Endividamento:				
Curto prazo	68.978		26.852	
Longo prazo	267.099		287.199	
	336.077		314.051	
Disponibilidades e aplicações financeiras	( 13.221 )		( 12.267 )	
<b>Endividamento líquido</b>	<b>322.856</b>		<b>301.784</b>	

## INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados no exercício de 2007 foi da ordem de R\$ 88.246 mil, total sem encargos (R\$ 84.521 em 2006) considerando custos diretos e indiretos. Os principais programas onde os recursos foram alocados foram: Energia Cidadã – Programa Luz para Todos – R\$ 58.946 mil; Energia na Região Nordeste (implantação do sistema de transmissão e ampliação da rede urbana) R\$ 28.954 mil; atividade de infra-estrutura e apoio R\$ 346 mil.

## **6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA**

As informações sobre a Previdência Complementar Patrocinada constam no ANEXO I deste Relatório, que contempla os conteúdos discriminados a seguir:

- 1 Identificação da Entidade (ANEXO 1);
- 2 Demonstrativo Anual i, ii, iii, iv, v, viii (ANEXO 2);
- 3 Demonstrativo Anual vi (ANEXO 3);
- 4 Demonstrativo Anual vii (ANEXO 4);
- 5 Listagem dos recursos humanos e patrimoniais cedidos pela patrocinadora à patrocinada (ANEXO 5);
- 6 Dívidas existentes entre a patrocinadora e a patrocinada (ANEXO 6);
- 7 Ações executadas no exercício com vistas à supervisão sistemática das atividades da entidade fechada (ANEXO 7).

Os itens acima estão em conformidade com a CE PR 5653, da Fundação Ceal de Assistência Social e Previdência – FACEAL.

Maceió/AL, 31 de dezembro de 2007